



**ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e público presente no Plenário da Assembleia Legislativa. *“Ata da Vigésima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Vinte e Quatro da Décima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.144/2025, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 24.198, 24.202, 24.206, 24.211, 24.215, 24.219, 24.377, 24.385, 24.412, 24.422, 24.426, 24.538, 24.563, 24.583, 24.583, 24.591, 24.595 e 24.599/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Paulo Corrêa, Zeca do PT, Antonio Vaz e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Henrique, Mara Caseiro, Renato Câmara, Zé Teixeira e Pedrossian Neto. Ausências justificadas dos deputados Junior Mochi e Lidio Lopes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 39/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes e outros. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 16/2025, de autoria do Ministério Público. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Lavínia Pinheiro Veiga Tagliati; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos policiais militares cabo Paulo Adailton Ribeiro Sousa Silva, soldado Danilo Borges da Silva e cabo Augusto Miranda Santana; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao senhor Pedro Paulo Gasparini, pela posse no cargo de defensor público-geral do Estado, para o biênio 2025-2027; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada à senhora Rosângela Maria Rocha Gimenes, pela sua eleição como presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), para o biênio 2025-2027 e pelos trinta anos de relevantes serviços prestados por esse conselho ao município de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada*



*ao multi-instrumentista Marcelo Loureiro, com a homenagem estendendo-se à Casa da União Lar de Santana, pelo evento beneficente e cultural Alma Latina, realizado no dia 23 de março, no Teatro Dom Bosco; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Gleice Jane, Caravina, Zé Teixeira e Junior Mochi. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e sete de março do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 1º de abril de 2025: Ofício nº 012.0.073.0028/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 194/2025); Ofício nº 074/2025, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 286/2025); Ofícios nºs 24.349, 24.356, 24.360, 24.369, 24.373, 24.381, 24.389, 24.394, 24.588, 25.154/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações e a requerimentos dos deputados Pedro Kemp, Renato Câmara, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Caravina, Neno Razuk, Professor Rinaldo, Zé Teixeira e Gleice Jane (Prot. nºs 222/2025, 400/2025, 236/2025, 136/2025, 003/2025, 116/2025, 303/2025, 114/2025, 2060/2024); Ofício nº 9.171/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, encaminhando o Relatório Anual de Gestão de 2024 (Prot. nº 862/2025); Ofício nº 6.083/2025, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, encaminhando as Contas Anuais de Governo relativas ao exercício financeiro de 2024, para apreciação desta Casa de Leis, em atendimento ao item "b" da Resolução TCE-MS nº 88, de 3 de outubro de 2018 (Prot. nº 869/2025); Carta nº 0235/2025, da Energisa de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 235/2025). Senhor presidente, está lido o expediente, conforme sua solicitação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Mauro Luiz Batista, prefeito de Aquidauana, solicitando as providências cabíveis visando à transferência do terreno onde está sediado o Sindicato dos Trabalhadores da Prefeitura e Câmara de Aquidauana (Simprecam) para a Associação Pestalozzi de Aquidauana, que oferece, em permuta, outra área a ser ocupada pelo sindicato. Estivemos reunidos na última sexta-feira com a direção da Associação Pestalozzi de Aquidauana e com um grupo de representantes de pais e mães dos alunos da instituição, que reivindicam a cedência de um

terreno lindeiro à sede da Pestalozzi. O objetivo da instituição, que atua no atendimento às pessoas com deficiência, com serviços gratuitos nas áreas da educação, saúde, profissionalização, assistência social, esporte, lazer e cultura, é o de construir um Centro Especializado em Reabilitação para ampliar o atendimento em saúde aos alunos e comunidade em geral. A construção deste centro integrado à Pestalozzi vai facilitar, consideravelmente, o acesso das pessoas com deficiência que dependem do transporte da instituição, principalmente daqueles que apresentam limitações do funcionamento físico-motor que compromete a mobilidade. É importante ressaltar que a Associação Pestalozzi de Aquidauana disponibiliza uma outra área no município para ser permutada com o sindicato. Sendo assim, solicitamos o empenho da prefeitura, no sentido de viabilizar essa permuta das áreas e, assim, resguardar os interesses das entidades envolvidas que prestam serviços relevantes à sociedade de Aquidauana. Também, senhor presidente, quero apresentar um requerimento, na forma do disposto do artigo 101 do Regimento Interno, solicitando a instituição da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de articular as políticas de segurança alimentar e nutricional no Estado de Mato Grosso do Sul. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, apenas para fazer um registro da solenidade que aconteceu ontem na Assomasul, que envolveu autoridades do Governo Federal e do Governo do Estado e que anunciaram a verba de cento e cinquenta milhões para solucionar a falta de água nas aldeias indígenas. Esteve presente o secretário executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, que anunciou esse montante de recursos em parceria com o Governo do Estado para solucionar o problema da falta de água nas aldeias indígenas. Foi assinado, também, um convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado para a construção de mais de quinhentas e oitenta casas nas aldeias indígenas e assentamentos em Mato Grosso do Sul. É importante fazermos esse registro, deputado Paulo Corrêa, porque, em Mato Grosso do Sul, temos essa parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, que está viabilizando essas casas nas aldeias, sabemos que a demanda é bastante grande e existe uma necessidade de construção de habitações nas aldeias indígenas. Ontem, tivemos esse anúncio, com a assinatura dos convênios, com a presença da Caixa Econômica Federal para já dar início às construções dessas moradias nas aldeias, em quinze municípios, e no assentamento Santo Antônio, em Itaquiraí. Quero fazer esse registro, porque é o programa Minha Casa, Minha Vida, do governo do presidente Lula, que está de volta, fazendo os investimentos em habitação, enquanto no governo anterior não tivemos a construção de nenhuma casa. Aquela tal "Casa Verde e Amarela" ficou só no discurso, mas, agora, o programa Minha Casa, Minha Vida está de volta, atendendo, na área rural, os assentamentos e as aldeias indígenas. Muito obrigado, senhor presidente. Quero elogiar o discurso de Vossa Excelência, na solenidade da Assomasul. Não pude ficar durante todo o evento, mas, falaram-me que Vossa Excelência se saiu muito bem, representando a nossa Casa de Leis. Parabéns!



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado e parabéns, deputado. De fato, uma prova de que com a parceria administrativa, quem é atendido é a população, independente de posição ideológica. Este é o posicionamento da Casa: o resultado. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente. Quero cumprimentar a Mesa Diretora, todos os deputados presentes e quero cumprimentar, de maneira muito especial, todos os formandos do primeiro Curso de Engenharia Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul, que, hoje, celebram vinte anos de formatura. Quero pedir uma salva de palmas a todos os engenheiros aqui presentes. Vinte anos, senhor presidente, não é pouca coisa! É uma história! É uma trajetória de luta, de militância, de muita competência e de muito trabalho nessa profissão que se consolida e que possui um papel determinante para a construção deste estado, chamado Estado de Mato Grosso do Sul, o Estado do Pantanal. Esse estado que tem, na sua identidade, o objetivo de ser próspero e, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável. Estado que tem por objetivo ser carbono neutro e dar a sua contribuição para um planeta que respeita o meio ambiente. Não poderia deixar de valorizar esse profissional que, através do seu conhecimento da Engenharia Ambiental, ajuda a construir uma sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada. Não poderia deixar de parabenizar, através de uma moção de congratulação, todos esses profissionais. Requeiro à Mesa, ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja enviada moção de congratulação aos engenheiros egressos da primeira turma do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul (UFMS), pelos vinte anos de formatura. No primeiro semestre de 2000, os docentes do antigo Departamento de Hidráulica e Transportes do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, liderados pelo professor doutor Carlos Nobuyoshi Ide, promoveram a implantação do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, que completa, então, vinte anos de existência em 2025. Com uma visão voltada para a preservação dos recursos naturais, esses profissionais dedicam suas carreiras à criação e ao aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas ao meio ambiente, recursos hídricos e saneamento. Com propósitos claros, transformam a realidade das comunidades e colaboram ativamente para garantir um futuro sustentável para as próximas gerações. Sempre bem avaliado, e formando profissionais cada vez mais capacitados para os desafios ambientais e de mudanças climáticas, a comemoração dos vinte anos de formatura da primeira turma de Engenharia Ambiental da UFMS merece o reconhecimento da Assembleia Legislativa, por meio da presente moção de congratulação, a ser enviada aos seguintes engenheiros: Adriana Farina Galbiati; Adrienne Gianniny Leguizamon da Costa; Alessandra Gonçalves Vargas da Fonseca; Carlos Renan Cáceres de Brites; Carlos Afonso Salles; Carolina Ishy Candia; Daniel Dassin; Fernanda de Sá Rocha; Glauco Rodrigo Kozerski; Graciele da Silva Nogueira; Hermes Ávila de Castro; Jaqueline Barbosa de Oliveira; Janaína Patrícia Rodrigues; Keila Roberta Ferreira de Oliveira; Keila Tivirolli; Leonardo Pinheiro Bezerra; Lígia Silvia Viveiros; Lissandra Yunomae, em memória — representada pela mãe, senhora Funie Yunomae. Peço uma salva de palmas... Ela não está mais presente entre nós, mas, sua memória vai estar sempre



preservada no coração de cada um daqueles que com ela conviveram —; Liziane Lester da Silva; Maria Giovana Souza Viana; Natália Hoffmann Ramos; Orlando Pissuto Trevisan; Rafael Almeida Castro; Samuel Acosta da Silva; Thais Gisele Torres; e Windson Calado Barbosa. Senhor presidente, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, cumprimentando essa turma e quero dizer que, nos próximos vinte anos, desejo muito sucesso a todos os engenheiros e engenheiras do Curso de Engenharia Ambiental da UFMS. Viva a Engenharia Ambiental! Viva a UFMS! Meus parabéns a todos e obrigado. Tenho mais duas indicações, de Corumbá, são importantes, peço licença para falar, senão o pessoal me puxa a orelha lá em Corumbá. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando a substituição da máquina de mamografia no município de Corumbá. A presente demanda foi encaminhada pelo ex-vereador Tadeu Vieira, do município de Corumbá, em razão de diversas solicitações da comunidade referentes à necessidade de realização de mamografias. Vale ressaltar que o único aparelho de mamografia disponível na cidade encontra-se inoperante desde o ano passado, o que tem comprometido o acesso da população a esse importante exame preventivo. Então, em contato também com o doutor Gabriel, nosso prefeito de Corumbá, sensível a essa necessidade de mudança e troca do aparelho... Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após o ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao comandante da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo tenente-coronel Wilmar Fernandes, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a realização de um estudo técnico para avaliar a viabilidade da instalação de três postos policiais no município de Corumbá. A presente demanda foi encaminhada pelo ex-vereador de Corumbá, Tadeu Vieira — quero cumprimentar o nosso ex-vereador, grande liderança —, solicitando a instalação de três postos policiais para reforçar a segurança da região. O primeiro posto seria localizado no bairro Aeroporto, para atender os bairros de Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova e Popular velha. O segundo posto seria implantado no bairro Cristo Redentor, abrangendo os bairros Conjunto Vitória Régia, Cravo Um, Cravo Dois, Cravo Três, Conjunto Camalotes e Centro-América. O terceiro e último posto ficaria entre os bairros Maria Leite e Ernesto Sassida, beneficiando os moradores dos bairros do Conjunto Previsul, Potiguar, Industrial e Universitário. Além das instalações desses postos, o município necessita do aumento do efetivo policial para garantir a maior segurança da população. Diante disso, solicita-se um estudo a ser realizado pelo Governo do Estado, em parceria com a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul e com o prefeito de Corumbá, doutor Gabriel, para avaliar a viabilidade dessa implementação. A demanda se torna ainda mais urgente diante do crescente número de assaltos, especialmente contra mulheres, exigindo medidas efetivas para proteção dos cidadãos. Muito obrigado, senhor presidente. É o que tinha.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Sim, senhor, meu governador. Pela ordem, o deputado Zeca do PT.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Com respeito a Vossa Excelência, à Mesa, aos colegas, aos pares, aos deputados, às deputadas e à plateia que nos assiste, peço, pela ordem, para completar a questão que o deputado Pedro Kemp levantou: do evento do qual Vossa Excelência participou ontem. O deputado Paulo Corrêa, nosso querido companheiro, também participou. A deputada Mara Caseiro também participou. Na Assomasul, ocorreu esse evento de uma enorme envergadura, quando foram anunciados investimentos na questão da água para as comunidades indígenas Guarani-Kaiowá. Acabei de dizer ao deputado Pedro Kemp que fiquei impressionadíssimo com a sensibilidade, com o carisma, com a beleza política que irradia de uma mulher, senadora, chamada Soraia Thronicke. Estou viabilizando, com ela, recursos necessários para — porque esse recurso anunciado ontem é basicamente para o povo Guarani-Kaiowá — atendermos também à demanda do povo Terena, do povo Kadiwéu, e dos assentados e quilombolas.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero fazer esse registro e reiterar que o programa Minha Casa Minha Vida voltou e voltou para ficar.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Ontem, foi anunciado recursos para contemplar em torno de quinhentas casas. São momentos e anúncios que vêm se somando a uma série de iniciativas de um governo que pensa o Brasil para frente. O presidente Lula, ontem, encerrou as visitas ao Japão e ao Vietnã e anunciou a abertura do mercado vietnamita para a carne brasileira. Provavelmente, quase 50% do consumo de carne do Vietnã vai ser através da carne brasileira. O presidente anunciou a venda de dez jatos da Embraer por dez bilhões de reais para o Japão. O governo Lula acabou de anunciar quatrocentos e trinta e dois mil novos empregos de carteira assinada. Ontem, anunciou a diminuição do preço do óleo diesel. Para encerrar, presidente, perdão pela demora, um governo bem diferente daquele que achava bonito ir para Nova Iorque, no meio da rua, comer com a mão um pedaço de pizza. Esse é um governo que pensa no Brasil como um país grande, gerando emprego, riqueza e apontando para um futuro promissor. Vou apresentar as minhas indicações, aliás duas. As duas indicações ao governador. A primeira, pedindo a viabilização de um veículo para atender às demandas da cozinha comunitária da Comunidade Quilombola Desidério Felipe de Oliveira. Gleice Jane, é lá na sua Dourados. Para essa comunidade quilombola, provavelmente, nos próximos dias, deverá ser anunciada a titulação, tão ardorosamente aguardada. A segunda indicação, pedindo ao governador a viabilização da recuperação da pista asfaltada das rodovias MS-180, MS-295, importantes vias de interligação dos municípios do Cone Sul. Obrigado, senhor presidente. Viva, Lula! Viva o Brasil que vai para frente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, fiz a formulação da utilização da palavra pela ordem, inclusive em dois momentos. Tentei não soar indelicado, na utilização da palavra, pela ordem, do deputado Zeca do PT. Entendo a importância do conteúdo ideológico que o parlamentar sempre coloca, mas, a utilização da palavra, pela ordem, senhor presidente, é para imposição de uma questão regimental, a imposição dela pela observância do Regimento. Ou, pelo menos, que possamos fazer algum comunicado urgente, ainda que curto, mas, não para anunciar uma pauta ideológica, uma ação de governo, de um senador, de uma senadora, de um programa federal. Até porque isso come o tempo do Pequeno Expediente e já aconteceram, algumas vezes, de não termos o tempo do Grande Expediente por causa do tamanho, do tanto que se desenvolveu e se desenrolou a utilização da palavra, pela ordem, e ainda para a leitura de indicações. Interrompi, sim, o deputado Zeca do PT, para que pelo menos enxugasse e não parecesse indelicado da minha parte e faço para o senhor a minha questão de ordem, para que a Mesa oriente cada vez mais... Vossa Excelência já orientou dessa forma, mas, quis cobrar para que a palavra, pela ordem, fosse utilizada para demonstrar a imposição do Regimento Interno. Obrigado. Era isso, para saber...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já vou responder à questão de ordem, até porque gastamos um minuto com a questão de ordem de Vossa Excelência para questionar a questão de ordem do deputado Zeca, que gastou dois minutos e meio do tempo regimental de três minutos que ele tinha. Então, eu não ia interrompê-lo, até porque ele falou dentro do tempo que era para ele e não atrapalhou o andamento da Casa. Por isso que esta Casa tem procurado — em sendo dentro do tempo — prestigiar, sempre, a palavra do deputado do Parlamento, porque é para isso que estamos aqui. É óbvio que respeitando os prazos regimentais. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pelas redes sociais, TV ALEMS e Rádio ALEMS. Senhor presidente — e chamando atenção do presidente da Comissão de Segurança, deputado Coronel David, e também da deputada Lia Nogueira, que é de Dourados — gostaria de estar falando de duas ações positivas da segurança pública, mas, trago duas ações, uma positiva e uma negativa. Confesso que, como membro da Segurança Pública e delegado aposentado, queria sempre vir a esta tribuna falar bem da segurança pública, mas, hoje não é o caso. Requeiro à Mesa, nos temos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, com cópia ao diretor-geral da Polícia Civil, delegado Lupércio Degerone Lucio, e ao diretor de Polícia do Interior, delegado Jairo Mendes, solicitando informações sobre a situação dos boletins de ocorrência relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres que se

encontram represados, sem providências, como instauração de inquérito e medidas protetivas no município de Dourados. Dessa forma, solicitamos as seguintes informações. Quantos boletins de ocorrência relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres encontram-se represados, sem as devidas providências como instalação de inquérito ou requerimento de concessão de medidas protetivas de urgência no município de Dourados? Qual é o cronograma para análise e adoção das medidas cabíveis nesses casos, especialmente no que diz respeito aos requerimentos de medidas protetivas? Há previsão de criação de um grupo de trabalho para atender o município de Dourados nos moldes do criado para atender o município de Campo Grande? Há previsão concreta para a resolução desses casos e garantia de atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica no município de Dourados? Quais medidas estão sendo adotadas para agilizar o processamento desse caso e evitar a ocorrência de crimes graves como já registrados em todo o estado? Senhor presidente, Coronel David e deputada Lia, estou trazendo esse requerimento diante de uma grave informação oficiosa — por isso o requerimento, porque acho que a melhor forma de termos acesso a informações fidedignas é fazendo requerimento — de que a situação da violência doméstica em Dourados está pior do que a situação da violência doméstica em Campo Grande. São mil e setecentos boletins de ocorrência, segundo as informações, se você multiplicar pela população de Dourados em comparação a Campo Grande, seria a mesma coisa como se tivéssemos oito mil e quinhentos aqui; mas, aqui havia cinco mil e foi criado um grupo de trabalho. Antes de virmos aqui debater mais um feminicídio, ou mais uns feminicídios, temos que nos alertar para essa situação, que é grave, e, por isso, venho falar essa questão da segurança. Ultimamente, estamos trazendo muita informação negativa da segurança pública e precisamos fazer alguma coisa. Estamos com a questão de concurso, de efetivo, e não estou culpando os policiais de Dourados, não! Porque é impossível você dar conta de tantas ocorrências sem uma organização, sem condições, sem efetivo e, principalmente, sem comando. Estou encaminhando esse requerimento para que seja votado por Vossas Excelências, pedindo um apoio para que tenhamos essas informações. E se isso for confirmado, de mil e setecentos boletins de ocorrência represados, precisa ser feita uma força-tarefa, como foi feita em Campo Grande, para vermos as medidas protetivas necessárias lá, os casos "in concretos", quais aqueles que têm chances reais de acontecer algo mais grave e dar andamento, com a instauração de inquéritos. Esse requerimento vai trazer informações precisas sobre a situação da violência doméstica em Dourados. Mais uma vez, vou apelar ao secretário de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, para que olhe com atenção o município de Dourados, como foi olhado Campo Grande, para que não venhamos, depois, mais uma vez, ter vários depoimentos na tribuna, falando que a segurança pública falhou e o fruto dessa falha foi a morte de uma mulher ou de qualquer outra pessoa. Agora, um requerimento positivo. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhado moção de congratulação à policial civil Lucimara Jara, em reconhecimento ao seu notável trabalho à frente do projeto "Eu luto por elas", bem como por sua trajetória exemplar de dedicação ao serviço público, ao esporte e à luta pelo fortalecimento de políticas públicas para mulheres. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado Mato Grosso do Sul, legítima



representante do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, manifesta seus mais elevados votos de congratulações à senhora Lucimara Jara, policial civil, investigadora, instrutora de defesa pessoal e líder comunitária pela sua incansável atuação no projeto “Eu luto por elas”, e por sua contribuição ímpar à segurança e ao fortalecimento das mulheres em nosso estado. Criado em 2017, o projeto transcende o ensino de técnicas de autodefesa, promovendo a prevenção e a postura assertiva como pilares essenciais para a segurança feminina. Sob a condução da investigadora Lucimara, o projeto “Eu luto por elas” já transformou inúmeras vidas, oferecendo não apenas ferramentas de proteção, mas também resgatando a autoestima e a confiança de mulheres e meninas vítimas de violência. Lucimara Jara destaca-se como referência no jiu-jitsu, sendo a primeira mulher a liderar uma equipe no estado e a integrar o corpo docente da Academia de Polícia Civil. O projeto — que, em 2025, será expandido para sete regiões de Campo Grande, com aulas mensais de duas horas — simboliza a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. A Assembleia reconhece e celebra a trajetória da senhora Lucimara Jara, cuja vida é dedicada a inspirar, proteger e transformar. Que sua liderança continue a iluminar caminhos e a semear coragem, certos de que seu legado é parte indelével na construção de um futuro mais seguro e digno para todas as mulheres sul-mato-grossenses. Está aqui um exemplo positivo de um grande trabalho realizado por uma policial civil, a Lucimara Jara, que, além de ser uma excelente policial, faz esse trabalho importante de defesa pessoal para as mulheres. Mais do que isso, é um projeto social incrível. Vai aqui a nossa moção, peço o apoio dos colegas para a aprovação dessa moção em favor da policial Lucimara. Era isso, senhor presidente. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TV ALEMS e Rádio ALEMS. Ia pedir pela ordem, presidente, mas não vou fazer. Já que estava inscrita, vou começar reforçando a fala do deputado Pedro Caravina, nosso delegado. É preocupante esses números que Vossa Excelência traz aqui hoje. É um assunto que a gente vem tratando desde o nosso primeiro ano aqui, deputado Jamilson Name, como uma das representantes da bancada de Dourados neste Parlamento estadual. Tenho, em mãos, para reforçar ainda mais essa estatística — são mulheres que estão gritando por socorro e o Estado precisa ouvi-las, a Sejusp precisa ampliar a política em defesa das mulheres sul-mato-grossenses, em especial as mulheres do interior do estado —, um requerimento que apresentamos nesta Casa de Leis no começo deste ano, que foi respondido pela Sejusp. O meu questionamento maior é com relação ao Programa Mulher Segura (Promuse) da Polícia Militar e — pasmem os senhores e senhoras — esse requerimento não traz dados realmente concretos, traz informações muito vagas. Questionamos, nesse requerimento que foi direcionado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, sobre o funcionamento no interior do estado desse programa. O documento não fornece uma lista detalhada dos municípios em que o programa está ativo, só que reforça essa interiorização, mas de que forma isso acontece? Quantos policiais militares estão hoje,

deputado da Mara Caseiro, a cumprir essas medidas protetivas, para que esses agressores não se aproximem dessas mulheres? O primeiro caso de feminicídio este ano foi no interior do estado, em Caarapó. A jovem entrou com medida protetiva, só que faltava efetivo na cidade de Caarapó para impedir que o agressor se aproximasse dela. Ele foi e acabou por consumir esse crime. Também solicitamos, nesse requerimento, qual — reforço que foi respondido de forma muito superficial, isso aqui não é resposta que a gente quer da Sejusp — a dotação orçamentária. A resposta não apresenta valores específicos de dotação orçamentária destinada ao programa, apenas menciona que os recursos utilizados são aqueles já previstos no orçamento da Sejusp e da Polícia Militar. Também questionamos sobre a periodicidade das rondas, o documento também não traz dados consolidados das demandas atendidas. Então, fica difícil trabalharmos, fica difícil atuarmos. Quando apresentamos um requerimento, é a ferramenta que nós, deputados, temos para saber o que realmente está sendo feito e nós estamos em um cenário da violência, com oito casos de feminicídio somente este ano em Mato Grosso do Sul, sendo seis deles no interior do estado. Outro dado preocupante, em dez anos, conforme dados da Sejusp, cinco cidades configuram-se no mapa da violência contra nós, mulheres. Primeira, Campo Grande; só que a segunda é Dourados. Quando o deputado Caravina apresenta esses números, nós não podemos encarar isso como números... E mais, desde o início, a gente fala da importância de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) em cidades do interior como Dourados, que é uma cidade estratégica. Uma cidade com alto índice de casos de violência contra as mulheres não indígenas — contra as mulheres indígenas também — e até hoje não temos nenhuma política do Governo do Estado com relação a essas Deams vinte e quatro horas, que não sejam só na capital, mas, isso tem que se estender ao interior, principalmente às principais cidades. Isso não é custo para o governo, isso é investimento na vida. Apresento uma indicação direcionada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a destinação de recursos para compra e instalação de dois climatizadores no salão onde está funcionando, de forma provisória, a Escola Estadual Pastor Daniel Berg, no município de Dourados. Faz muito tempo que a escola precisava dessa reforma, só que o local provisório onde estão os professores e alunos não dispõe de um sistema de climatização e isso tem dificultado o aprendizado dos alunos e dificultado o trabalho dos professores. Precisamos adequar esse espaço para que ele possa, realmente, abrigar a comunidade escolar da Escola Estadual Daniel Berg. Por fim, uma indicação endereçada à senhora Sônia Bone de Souza Silva Santos, a Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, com cópias ao senhor Carlos Henrique Baqueta Fávaro, ministro da Agricultura e Pecuária, à senhora Joênia Wapichana, presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e ao senhor governador Eduardo Riedel, solicitando que sejam informadas as ações e prazos para consecução das medidas tomadas pela União e pelo Governo do Estado para combater a escassez de água nas aldeias Jaguapiru e Bororó em Dourados. Estivemos, nesse final de semana, acompanhando uma força-tarefa que foi realizada nas aldeias Jaguapiru e Bororó, disponibilizamos duas caminhonetes e um reservatório adquiridos por meio do nosso mandato e outras duas caminhonetes da Defesa Civil e uma da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) para que essa água pudesse chegar até várias localidades, porque são casas das aldeias Jaguapiru e Bororó que ainda estão sem água. Tivemos a

informação, ontem, de que dos dois poços artesianos que foram construídos pelo Governo do Estado, um deles já está em funcionamento na aldeia Jaguapiru e a Energisa também já terminou o seu trabalho, só que ainda falta uma adutora para que essa água chegue a essas casas. A situação ali é desumana e é muito triste a gente ver crianças, gestantes, pessoas idosas sem ter o mínimo, que é a água; ninguém sobrevive sem esse bem, que é um bem primordial para a vida. É desumano e solicitamos essas informações para que seja resolvido esse problema em definitivo. Por hoje, é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, para fazer uma indicação encaminhada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), solicitando a implantação de radares de contenção de velocidade na rodovia MS-165, especialmente no perímetro urbano do município de Aral Moreira. Era só o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (Uniao Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras, senhores e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando, em regime de urgência, a realização de obras de melhoria no KM 19 da MS-141, no trecho que liga Ivinhema a Naviraí, com a colocação de redutores de velocidade. Isso é uma solicitação da comunidade local, tendo em vista que existe uma empresa, a Estação Café, e naquelas imediações constantemente têm acontecido acidentes. Apresento também um projeto de lei, que estabelece a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços por concessão, autorização ou permissão estatal, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibilizarem um mecanismo seguro de identificação de seus funcionários durante atendimentos presenciais, como a leitura de medidores ou visitas a residências e comércios. O objetivo é aumentar a segurança e transparência nos atendimentos, evitando fraudes e garantindo que os consumidores possam verificar a identidade dos funcionários. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, todos que nos honram com a presença e quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero fazer três indicações. Requeiro à Mesa Diretora,

após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao senhor secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, solicitando estudo de viabilidade para reforma geral da Escola Estadual Presidente Vargas, do município de Dourados. Essa indicação é fundamentada nas reiteradas solicitações feitas tanto pelo corpo docente quanto pelo corpo discente da instituição de ensino mencionada, que têm expressado de forma constante a necessidade de adequações para atender às demandas no ambiente escolar. A escola Estadual Presidente Vargas atende atualmente em torno de dois mil, seiscentos e sessenta e dois alunos distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Em consonância com o estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, em seu artigo 3º, define que o direito de educação deve ser assegurado com qualidade, garantia e manutenção adequada nas instalações da escola, que é fundamental para garantir a integridade física e o bem-estar de todos os alunos e profissionais da educação. Com a devida justificativa anexa, senhor presidente, haja vista que eu estive na Escola Presidente Vargas, foi uma escola na qual participei efetivamente nos dez anos que eu morei em Dourados, existe uma demanda muito grande, tem uma parte dela que está interdita, inclusive, com problemas de chuva, com goteiras que caem do telhado. Solicitamos que a Secretaria de Estado de Educação e o Governo Estado tenham os olhos voltados para recuperação da Escola Presidente Vargas. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a realização de estudos para a execução de serviço de manutenção asfáltica, com recapeamento, pintura da sinalização horizontal, além de poda e roçada, no trecho da BR-267, situado entre os municípios de Bataguassu e Nova Alvorada do Sul, com a devida justificativa anexa. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, solicitando sua especial atenção no sentido do aumento do efetivo da corporação da Polícia Militar no município de Mundo Novo, que faz fronteira com o Paraguai, tem registrado um aumento considerável nos índices de criminalidade e isso tem gerado grande apreensão entre os moradores locais. Essa crescente demanda por segurança pública exige adoção de medidas urgentes para assegurar a qualidade, a tranquilidade e a proteção da população mundo-novense. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, vou solicitar a palavra, pela ordem, para formular uma questão de ordem, que acho que vai ser importante para todos os parlamentares. Para entendermos o procedimento de utilizarmos a palavra, pela ordem, vou pedir licença, escusas a Vossa Excelência por tocar novamente nesse assunto. Peguei o Regimento Interno, estou estudando, e se a Mesa tiver uma ideia diferente da minha, que me responda por escrito essa questão de ordem. Se eu for vencido nela, não tem problema, senhor presidente, mas, nesse caminho um tanto solitário, tenho apenas, como companheiro firme, o Regimento Interno desta Casa. Na Seção II, vou ler a sessão: "Das reclamações, ou da palavra, pela ordem, que é utilizada neste microfone de apartes. Artigo 300 – Em qualquer fase da sessão, poderá o deputado pedir a palavra, pela ordem, para fazer reclamação quanto à aplicação do Regimento no trato de assunto sob apreciação do Plenário — nem da Mesa —, do Plenário é a apreciação desse artigo. Parágrafo 1º - As reclamações devem ser formuladas com a indicação precisa dos dispositivos cuja observância se requer. Parágrafo 2º - Se o deputado que estiver utilizando a palavra, pela ordem, não indicar, enunciando desde logo, as disposições em que assenta a reclamação, o presidente não permitirá a sua continuação na tribuna e determinará a exclusão da ata e dos anais as palavras por ele proferidas. Aplicam-se às reclamações todas as normas referentes à questão de ordem". Senhor presidente, desculpa a minha persistência, mas é que a Mesa tem uma autoridade muito grande sobre nós, que estamos no Plenário. Então, quando Vossa Excelência decide, parece que a gente... Eu estava no discurso do deputado Zeca pedindo "pela ordem, pela ordem", não para ser deselegante com o deputado, mas, para que ele indicasse com precisão. Se eu estiver vencido por alguma interpretação que a Mesa faça, que a gente possa invadir o tempo e perder, senhor presidente, as Explicações Pessoais, ou avançar sobre o Grande Expediente, eu me curvo sem problema nenhum. Apenas para deixar claro que eu estava cobrando a aplicação do artigo 300, que estava na minha cabeça, que não citei na hora. Obrigado, senhor presidente. Não precisa me responder agora, aguardo a resposta por escrito. Desculpa a impertinência da observância regimental aqui.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou, novamente, esclarecer a Vossa Excelência que [o texto] não dá a dúvida com relação ao pela ordem. Vossa Excelência está confundindo só a fala no Pequeno Expediente. Tem sido praxe desta presidência, da Mesa Diretora, quando o deputado — e é comum até o deputado Zeca usar desse expediente — estiver... Posso concluir, deputado? Quando estiver usando Pequeno Expediente, em que é possível apresentar requerimentos, indicações ou ideias, conforme está no Regimento Interno, a Mesa não tem impedido o deputado de concluir. A palavra, pela ordem, no meio da fala do Pequeno Expediente, é só um respeito do deputado para dizer que ele não está apresentando indicação. O deputado se inscreve e vai ao Pequeno Expediente. Nessa fase, ele fala pela ordem e faz uma manifestação, a Mesa tem entendido que faz parte da fala dele no Pequeno Expediente e não tem interrompido, mas, não tenho dúvida de que, quando o deputado fizer pela ordem fora da fala dele... Vossa Excelência tem toda razão, assim como é costume de Vossa Excelência na apreciação do Regimento Interno. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, cumprimento Vossa Excelência, os demais colegas e todos que nos prestigiam nesta manhã. Gostaria de deixar registrado o nome de uma figura que presidiu o Conselho Regional de Química, que é o professor Evander Luiz Ferreira que, inclusive, mora na sua querida Sidrolândia, que se faz presente. Cumprimento, também, todos que estão nos acompanhando através da Rádio e TV Assembleia. Gostaria de encaminhar uma moção de congratulação a uma das figuras que eu julgo mais importante, mais visionária, preocupada com o desenvolvimento da nossa cidade, do nosso estado e, por que não dizer, do nosso país. Estou me referindo, senhor presidente, à figura do professor, ex-Magnífico reitor Pedro Chaves. Ontem, estivemos na inauguração do novo prédio da Insted, que tem uma infraestrutura importante, com o corpo docente realmente preparado, com procuradores, magistrados do Tribunal Regional Eleitoral e promotores do Ministério Público dando aulas, ou seja, são professores com doutorados. O professor Pedro Chaves dá a demonstração inequívoca de que sempre esteve além do seu tempo no quesito educação. Eu tive a oportunidade de fazer duas faculdades; a primeira delas, deputado Pedro Kemp, foi no Cesup, onde era a Mace — o centro de educação — e eu fico muito feliz com a obra que foi inaugurada ontem. Vossa Excelência nos representou muito bem. Estava conosco também o deputado Jamilson Name; nós três, apenas, representando esta Casa. Gostaria de apresentar uma moção ao professor Pedro Chaves e à Neca Chaves Bumlay, diretora daquela instituição. Tenho certeza que vai ajudar muito, permitindo que o nosso estado venha a se desenvolver cada vez mais. Sabemos que é somente através da educação que vamos mudar o nosso país. Se Vossa Excelência achar por bem, até porque Pedro Chaves é queridíssimo por todos nós, gostaria que transformássemos essa moção em nome dos vinte e quatro deputados, para darmos a demonstração do nosso compromisso com a educação e, acima de tudo, o nosso reconhecimento por tudo aquilo que Pedro Chaves fez ao longo da sua história, juntamente com a sua família, com relação à educação. É o que tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Atendendo ao pedido de Vossa Excelência, vamos encaminhar a moção em nome da Casa, pela brilhante inauguração de um prédio, já que a faculdade é mais antiga e demonstra a confiança na educação e na tradição da família que sempre investiu na educação. Parabéns, Insted. Parabéns ao professor Pedro Chaves, à Neca, que é a diretora. Nós nos sentimos honrados em poder participar de um evento desse em Campo Grande. Com a palavra, no Pequeno Expediente, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputadas e todos que se fazem aqui presente. Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a execução do serviço de levantamento, com aterro e encascalhamento de um trecho de aproximadamente dez quilômetros de extensão, na estrada que parte da MS-228 e dá



acesso a inúmeras propriedades rurais no município de Aquidauana. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo ex-vereador Humberto Torres, do município de Aquidauana. A estrada em questão é uma das principais vias de acesso a inúmeras propriedades rurais da região e muitos desses produtores dependem diretamente do transporte eficiente de suas mercadorias, como grãos, gado e outros produtos agrícolas para a comercialização em mercados locais e regionais. Outra indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a destinação de viaturas policiais para guarnecer as Polícias Civil e Militar do município de Coxim. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo ex-vereador e radialista Sidney Assis, do município de Coxim. Outra indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a construção de uma ponte de concreto na via que liga a comunidade Barro Preto ao distrito de Palmeiras, no município de Dois Irmãos do Buriti. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores da comunidade do Barro Preto e do distrito de Palmeiras, trazidas ao meu conhecimento pelo senhor "Blindado", liderança política do distrito de Palmeira. Última indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a execução de obras para o melhoramento estrutural das rodovias estaduais: MS-480, em toda sua extensão; e MS-276, no trecho entre o município de Batayporã até o trevo com a rodovia MS-480, com os serviços de recapeamento asfáltico, construção de terceira faixa nos trechos de acive e construção de acostamento, especialmente nos trechos considerados mais críticos das vias. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores João Paulo da Silva e Marcos da Silva Sãovesso, da Câmara Municipal de Batayporã. É o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Hermes Ávila, representante da primeira turma de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, bem como registramos as presenças dos professores e alunos. E, também, a presença do senhor José Carlos Hernandez, o Zoinho de São Pedro, vereador do município de Inocência. Com a palavra, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos assiste pela TV Assembleia e aqueles que nos prestigiam com suas presenças, bom dia. Faço uso da palavra no Pequeno Expediente para apresentar quatro indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando medidas para resolver o problema de baixa pressão da água existente na rua Ulysses Guimarães e na avenida Antônio Pedro de Lima, em Bodoquena, em atendimento à solicitação do vereador Mário Roberto Severino Ferreira, proposição aprovada na Sessão Plenária da Câmara Municipal. Uma indicação ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Estado de Saúde, Maurício

Simões, por cópias autônomas, solicitando dois gabinetes odontológicos para as escolas municipais de Bodoquena, em atendimento ao pedido da prefeita, senhora Maria Girleide Rovari, através do ofício anexo. Indicação ao senhor governador Eduardo Riedel e ao senhor Carlos Alberto de Assis, diretor-presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (Agems), por cópias autônomas, solicitando estudo de viabilidade e recursos para instalação de quatro pontos de ônibus cobertos, nas entradas e saídas do município de Anaurilândia, e dois pontos de ônibus cobertos na entrada do distrito de Vila Quebracho, na rodovia MS-395, sentido Anaurilândia-Bataguassu. O pleito encontra justificativa no anseio da população que encaminhou o pedido até nosso gabinete, formulado pela vereadora Jéssica dos Santos Pereira. Por fim, indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara de Carvalho, por cópias autônomas, solicitando a recuperação de toda a extensão da rodovia conhecida como Guaíra-Porã (MS-180 e MS-295), que liga Guaíra, no Paraná, a Ponta Porã, e passa pela cidade de Amambai, que se mostra um elo vital para o escoamento da produção agrícola e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, em atendimento ao pedido do vereador Darci José da Silva, presidente da Câmara Municipal de Amambai, assinado pelos demais vereadores, conforme ofício anexo. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi .

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar, senhor presidente, que, ontem, realizamos a quinta audiência pública. As audiências têm sido muito prestigiadas pela população, em parceria com as Câmaras Municipais. Dia 27, foi em Coxim; dia 28, foi em São Gabriel; ontem, foi em Rio Verde; hoje, teremos uma audiência pública em Rio Brillhante. Então, eu reforço aqui o convite aos parlamentares, de modo especial aos membros da comissão. Em todas as audiências públicas, faço questão de frisar que aqui aprovamos, por unanimidade, uma comissão de acompanhamento, cito os nomes dos colegas que estão compondo esta comissão, a deputada Mara tem acompanhado muito e alguns deputados federais, em uma ou outra audiência pública, também se fazem presentes. Ontem, estive com o vereador Papy, na presidência da Câmara Municipal de Campo Grande e, no próximo dia 7, faremos a audiência pública às 9h, na Câmara Municipal de Campo Grande, e gostaria, imensamente, de poder contar com os parlamentares, mas, de modo especial, com Vossa Excelência, que preside o Poder Legislativo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como em Campo Grande será a última, sugiro que se faça um relatório, deputado, para apresentarmos para a população. Estive em Nova Alvorada do Sul para falar desse trabalho de Vossa Excelência e da Assembleia, assim como também fui questionado no município de Dourados sobre esse assunto, e já tive a oportunidade de falar do trabalho...



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas para esclarecer. Há uma reunião, uma conversa da assessoria jurídica, do meu assessor jurídico com o assessor jurídico dos outros parlamentares, e nós, nessa audiência de Campo Grande, apresentaremos um relatório, um documento, queremos assinaturas, estou convidando, pessoalmente, os parlamentares federais, todos os três senadores e os deputados federais, as entidades, as federações, as entidades de classe, para podermos encaminhar ao Ministério Público Federal, para que tome as medidas jurídicas aplicáveis ao caso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas às disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Secretário de Estado de Saúde, Maurício Simões, e ao secretário municipal de Saúde de Dourados, Márcio Alves Vidal de Figueiredo, solicitando a aquisição de bens móveis e equipamentos de informática para a Academia de Saúde do Parque Rego d'agua, no Jardim Água Boa, no município de Dourados. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Ramão Leite. O objetivo é aprimorar o atendimento prestado à população e fornecer melhores condições de trabalho aos profissionais que atuam nesse espaço. Para tanto, solicito, respeitosamente, a disponibilização dos seguintes itens: três computadores com acesso à internet; e duas impressoras com acesso à internet. Os equipamentos mencionados são essenciais para a realização de atividades administrativas, registro e acompanhamento dos atendimentos, bem como para o desenvolvimento de atividades educativas e informativas destinadas à população atendida. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado do Mato Grosso do Sul, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agesul, solicitando a realização da manutenção e pavimentação da rodovia MS-454, em Corumbá. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pela vereadora Nanah Cordeiro (Republicanos). Esse trecho é de fundamental importância para o acesso ao Forte Coimbra, sendo o meio mais rápido e eficiente para o deslocamento até essa localidade. Atualmente, devido às intensas chuvas, a rodovia encontra-se em precárias condições de tráfego, comprometendo significativamente o transporte de pessoas, bens e serviços. Além disso, a falta de pavimentação adequada, e de manutenção periódica, tem agravado ainda mais o desgaste da via, colocando em risco a segurança dos usuários e dificultando o desenvolvimento econômico, cultural e social da região. Dessa forma, solicitamos que sejam tomadas as providências necessárias para a melhoria e pavimentação da MS-454, garantindo um acesso seguro e eficiente ao Forte Coimbra, o que contribuirá, inclusive, para o fortalecimento do turismo e do desenvolvimento local. É só senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 00887/2025, 00886/2025). De autoria do deputado Caravina: um requerimento (Prot. nº 00892/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00893/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00870/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: dois requerimentos (Prot. nºs 00866/2025, 00865/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 00868/2025, 00867/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 00897/2025, 00896/2025, 00895/2025, 00894/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00878/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 00881/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 00872/2025, 00871/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: cinco indicações (Prot. nºs 00901/2025, 00900/2025, 00899/2025, 00858/2025, 00857/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: três indicações (Prot. nºs 00861/2025, 0860/2025, 00859/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00864/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00863/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00879/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 00885/2025, 00884/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00883/2025, 00880/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00882/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 00877/2025, 00876/2025, 00875/2025, 00874/2025, 00873/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Não há oradores inscritos...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Gostaria muito, porque tem só três minutos. Então, aprovado pelo Plenário, está suprimido o Grande Expediente e passemos à **ORDEM DO DIA**. Fica mais objetivo, deputado Paulo Duarte...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado a todos os deputados que me ajudaram nisso. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 252/2024. Autor: deputado Junior Mochi. O deputado Junior Mochi está presente? Por enquanto, adiado. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal — já lhe devolvo a presidência, só vou terminar de ler o Item 2 —. Projeto de Lei nº 257/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.032, de 26 de dezembro de 2022, acerca da transação tributária, no intuito de viabilizar a subsequente regulamentação do tema e de gerar resultados eficientes e juridicamente seguros para os contribuintes e para a Administração Pública Estadual, na forma que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda Modificativa nº 02 e às Emendas Aditivas nºs 03 e 04, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Enquanto os senhores deputados votam, gostaríamos de registrar e agradecer a presença de Sueli Lopes Teles,



presidente do Hospital do Câncer Alfredo Abrão presente na Casa; do senhor Jefferson Aislan, vereador do município de Coxim, aqui com a permissão do deputado Junior Mochi; dos senhores Luiz Antônio dos Reis e Rafael Domingos, respectivamente, secretário e secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico do Município de Ribas do Rio Pardo.

Projeto de Lei nº 257/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Voltando ao Item 1 da pauta, com a presença do autor, deputado Junior Mochi. Em discussão única. Projeto de Lei nº 252/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Denomina, com o nome que especifica, o trecho da rodovia MS-244, localizado no município de Corguinho-MS". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Encerrada a votação.

Projeto de Lei nº 252/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que denomina com o nome de Inácio Vinholi a rodovia MS-244, localizada no município de Corguinho. Vai ao Expediente. Item 3.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vista, pelo prazo regimental, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Projeto de Lei nº 282/2024. Autor: Poder Executivo. Não tem acordo de lideranças. Com pedido de vista para o deputado João Henrique.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 283/2024. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a definição de critérios para a caracterização de contribuinte como devedor contumaz e dá outras providências. Tem por objetivo dotar o Estado de Mato Grosso do Sul de um instrumento legal que defina o devedor contumaz, no âmbito das obrigações tributárias, e estabeleça as medidas fiscais a ele aplicáveis e dispõe sobre outras providências, visando a sua operacionalização". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Paulo Duarte.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, esse projeto que define a figura do devedor contumaz, do ponto de vista de justiça tributária, é muito importante, porque, define claramente o contribuinte que é devedor contumaz: aquele que nos últimos doze meses deixou de pagar o tributo devido ao Estado por seis meses consecutivos ou alternados. E o contribuinte que estiver nessa lista de devedor contumaz poderá, inclusive, ter representação fiscal por conta do não pagamento, perderá o direito aos benefícios fiscais, mas, ao mesmo tempo que o projeto define o devedor contumaz e aponta penalidades, o projeto prevê que se esse contribuinte enquadrado como devedor contumaz quitar o débito, ele é automaticamente excluído dessa lista; se ele parcelar o débito, tem a inscrição como devedor contumaz suspensa. Então, esse projeto é importante, porque ele também define que esse devedor contumaz é somente para débitos que deixaram de ser pagos, de forma recorrente, acima de um milhão de reais. Então, ele estabelece a justiça fiscal, trata de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 283/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor Manoel Câmara Rasslan; proposta pelo deputado Zé Teixeira, em razão do falecimento do senhor Célio Vilela de Andrade; proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do senhor Thulio Max Pimentel. Em discussão. Encerrada



a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Lembrando que, amanhã, haverá a reunião da CCJR e das comissões de mérito. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, esta presidência...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para comunicar a Vossa Excelência que, amanhã, acontecerá, em Itaquiraí, uma plenária, uma grande assembleia do pessoal da Agricultura Familiar para tratar do "desenrola da Agricultura Familiar" [programa Desenrola Rural] . Gostaria de pedir licença a Vossa Excelência para representar, como presidente da Comissão da Agricultura Familiar, a Assembleia Legislativa nesse evento, amanhã, às 13h, em Itaquiraí; e na sexta-feira, em Ponta Porã, o mesmo evento para a gente municiar o pessoal da Agricultura Familiar com relação a esse direito que o governo Lula constituiu para renegociação da dívida desse pessoal.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado, deputado. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente sessão. Obrigado, senhores deputados e deputadas. Está encerrada (11h10min).